

GEOGRAFIA DA FAMÍLIA, ASPECTOS TEÓRICOS E ABORDAGENS QUALITATIVAS: UMA INTRODUÇÃO¹

Geography Of The Family, Theoretical Aspects And Qualitative Approaches: An Introduction

Geografía De La Familia, Aspectos Teóricos Y Abordajes Cualitativas: Una Introducción

Géographie de la famille, aspects théoriques et approches qualitatives : une introduction

1. Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" (CAPES/SNF). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

RESUMO

Ainda com poucas referências latino-americanas, o estudo da geografia da família é abrangente e envolve uma série de análises na geografia produzida no chamado Norte Global. O presente trabalho é uma sistematização dessas análises e a tentativa de superação da maneira ortodoxa de compreender a geografia da família sob a ótica das teorias clássicas e neoclássicas, bem como propor novas abordagens a partir do contexto brasileiro. Resulta, assim, de esforços necessários para pensarmos novas matrizes espaciais.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Geografia da Família; Ciclos de vida; Famílias no Brasil.

ABSTRACT

The studies in Geography of the Family are large and involves many analysis in the Geography produced by the so called Global North, in spite of a few Latin-American references. This paper is a systematization of these analysis and attempt to overcome the orthodox way of the Geography of the Family's comprehension under classical and neoclassical theories, also proposing new approaches from the Brazilian context. It results in a necessary effort to think new perspectives in spatial analysis.

KEYWORDS: Family, Geography of the Family; Life Courses; Families in Brazil.

RESUMEN

El estudio de la Geografía de la Familia es variado e implica muchos análisis de la Geografía producida en el llamado Norte Global, todavía con pocas referencias latinoamericanas. El presente trabajo es una sistematización del análisis y una tentativa de superación de

ISIS DO MAR MARQUES MARTINS

Pesquisadora PPGG UFES -
CAPES SNF. Pesquisadora
vinculada ao NIEM.
Isis.marinha@gmail.com

Artigo recebido em:
24/06/2022

Artigo aprovado em:
04/07/2022

la manera ortodoxa de comprender la Geografía de la Familia por las teorías clásica y neoclásica, y de proponer nuevos abordajes desde el contexto brasileño. Como resultado tenemos esfuerzos necesarios para pensar nuevos matices espaciales.

PALABRAS-CLAVE: Familia; Geografía de la Familia; Ciclos de Vida; Familias en Brasil.

RÉSUMÉ

Avec encore peu de références latino-américaines, l'étude de la géographie de la famille est complète et implique une série d'analyses dans la géographie produite dans ce qu'on appelle le Nord global. Le présent article est une systématisation de ces analyses et une tentative de dépasser la manière orthodoxe de comprendre la géographie de la famille du point de vue des théories classiques et néoclassiques, ainsi que de proposer de nouvelles approches à partir du contexte brésilien. Il résulte, ainsi, des efforts nécessaires afin de penser de nouvelles nuances spatiales.

MOTS-CLÉS: Famille; Géographie de la famille; Cycles de vie; Familles au Brésil.

INTRODUÇÃO

Presente desde a nossa constituição enquanto pessoas, participando dos aspectos fundantes da nossa vida, a instituição familiar é de suma importância para a nossa formação individual. Os estudos sobre a família – instituição, grupo social ou agentes transformadores – sempre atentam para o cuidado adequado na análise coletiva – a família e os projetos de interesse – e individuais – as perspectivas e particularidades de cada membro da família.

A geografia, ciência que trata de forma analítica o espaço intrínseco às relações sociais via ação direta da sociedade, tem muito a contribuir com os estudos temáticos sobre a família, amplamente presentes na economia, sociolo-

gia, psicologia e antropologia, para darmos alguns exemplos. Alguns estudos no Brasil já indicam a relevância dessa análise, sobretudo na produção do espaço diferenciado entre homens e mulheres.

Entretanto, o universo amplo da geografia da família demonstra certa solidez na geografia anglo-saxônica e francesa, com o qual pouco ou nenhum diálogo existe no Brasil. Nesse sentido, o objetivo deste texto é compilar estudos e aspectos da literatura acerca da geografia da família no mundo ocidental, as contribuições e uma revisão bibliográfica que ajudará no amadurecimento dos estudos da geografia da família no Brasil.

O principal desafio do presente texto é apontar, em pou-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

cas linhas, um vasto território do conhecimento que, além de bastante plural, permite percebermos a amplitude das relações familiares e a possibilidade de conceber políticas públicas que permitam maximizar o bem-estar e qualidade de vida dos diversos perfis familiares.

METODOLOGIA

O presente texto teve como base de análise artigos e livros científicos cuja presença da análise espacial/geográfica vinculada à relação família estivesse presente. Foram analisados 44 artigos, livros, capítulos de livros e resumos. Destes, 27 trabalhos estão em inglês, 8 em francês, 4 em espanhol e 5 em português.

Os trabalhos foram escolhidos com base em três critérios: primeiro, aqueles em que a categoria de geografia da família estivesse presente; segundo, papers preferencialmente em periódicos de geografia e, terceiro, trabalhos que tivessem relevância e impacto na produção e na reflexão acerca do tema geografia da família. Uma primeira busca ocorreu na plataforma de buscas de textos acadêmicos do *Google – Google Scholar* – e, em um segundo momento, por artigos relacionados às buscas em cada periódico.

Vale destacar que nem todos os trabalhos são de geógrafos, uma grande parcela está ligada à economia, seguindo da sociologia e da antropologia. De modo geral, eles se comunicam e se complementam. Os trabalhos e as análises nos trazem

um panorama do que é produzido em relação à geografia da família, com avanços e potencialidades para trabalharmos a realidade brasileira.

Traremos aqui a sistematização das principais bases metodológicas que tratam o tema, para então compreendermos o que de fato é a geografia da família. Destacam-se os trabalhos de Pred (1981), Preston, Laffert, Hamilton (1983) e Hoschild (1996).

A primeira perspectiva que nos chama a atenção, sobretudo para a interpretação quantitativa a partir da geografia econômica, é a teoria do capital humano. Criada por economistas na década de 1970, ela é baseada nos trabalhos de Theodore William Schultz, que aponta os indicadores de investimento promotores do bem-estar e a qualidade de vida da população economicamente ativa. A relação dessa perspectiva é entre a qualidade de vida e a produtividade. Cooke (2008), Eliasson, Nakosten, Zimmer (2013), Gallagher, Kaestner, Perky (2018) utilizam-se da teoria do capital humano para analisar as relações família e renda de cada indivíduo e as implicações na criação, nas relações de gênero, nas aspirações que ratificam a mobilidade e no distanciamento dos membros familiares e do grupo em si.

Muitos dos trabalhos que englobam uma geografia da família analisam o papel da mulher e os desdobramentos intrínsecos às suas espacialidades. Dentre as análises que aqui serão apresentadas, destacamos a importância da relação

do trabalho pago frente ao trabalho não pago das mulheres nas famílias e na constituição das relações espaciais destas. O trabalho pago e não pago, conforme Medeiros e Pinheiros (2018), em concordância com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Corresponde à soma dos tempos de trabalho em todas as ocupações no mercado de trabalho reportadas pelos informantes (principal, secundário e outros); trabalho não pago, que corresponde, nos termos da PNAD, ao tempo gasto em afazeres domésticos; e trabalho total, que é a soma dos tempos em trabalho pago e não pago. Importante destacar que, para a Pnad, afazeres domésticos equivalem às atividades realizadas no âmbito do próprio domicílio (Medeiros; Pinheiros, 2018, p. 170).

Portanto, no entendimento das relações familiares quanto ao gênero, parte da produção científica internacional compreende a segunda, terceira e demais jornadas femininas e as implicações no chamado curso da vida, que entende as mobilidades, deslocamentos e configurações domiciliares no tempo e no espaço.

Essas configurações espaço-temporais são explicadas nas diferenças geográficas apontadas nas trajetórias familiares, associadas a uma série de variáveis: políticas públicas, crises políticas e econômicas, normativas e leis, relações culturais e sociais, formação individual e como cada indivíduo compreende distintos significados de família.

Toda essa gama de contextos contribuirá para o curso da vida familiar e suas referências espaciais (Bailey: 2009). A geografia do curso da vida, ou geografia dos cursos de vida (*life course matters*) na compreensão de Bailey, aponta a impor-

tância de enxergar os mínimos detalhes para entender toda uma dinâmica populacional, que muitas vezes não vislumbramos, e que trata exatamente dessa geografia da vida, para pensarmos nas trajetórias das relações socioespaciais e nas desigualdades espaciais.

Essa análise, para o autor, baseia-se em três principais elementos: a vida individual e como se descortina sua trajetória na sua família nuclear, na constituição de uma nova família; as relações espaciais, e como elas se transformam e são transformadas na escala coletiva e as geometrias de poder (Massey, 2008) constituídas por toda a rede de relações que transformam suas geografias nas redes familiares, ou na sua própria nuclearidade.

Nessa perspectiva de que cada indivíduo está vinculado a uma família e passa a produzir e constituir sua própria família, os estudos sobre a intergeracionalidade são essenciais. Pred (1981) destaca a importância de analisar o tempo espacial nas mudanças relativas à família e domicílio a fim de compreender as mudanças no curso da vida. Gallagher, Kautner e Persty (2018) contribuem para esse debate acerca da intergeracionalidade e os indicadores de renda e mobilidade, considerando que a estrutura familiar é um importante elemento presente das futuras gerações.

O termo comportamento familiar (*familiar behavior*) é muito presente em praticamente todos os trabalhos encontrados na pesquisa. Isso demonstra o que falaremos a seguir,

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

acerca da abordagem clássica ao tratar a geografia da família nos estudos do Norte global e, como veremos, tensiona com as realidades latino-americanas e brasileiras, em especial.

Há também trabalhos com perspectivas pontuais, como o caso do transnacionalismo para entender as dinâmicas da mobilidade familiar nos seus projetos migratórios internacionais; as características e o acesso à mobilidade dependendo do capital cultural e do contexto global do deslocamento, vinculada também às suas restrições. A relação entre nacionalidade e gênero são as principais problemáticas encontradas ao tratar o transnacionalismo das famílias migrantes.

Em um trabalho, na área da sociologia (Haug: 2008), encontramos como recurso metodológico a utilização da teoria da escolha racional – que utiliza o individualismo metodológico para apontar que as decisões seguem uma lógica desencadeada pelos *push-pull factors*, aliada a teoria das redes migratórias, que destaca as articulações promovidas em um projeto migratório coletivo.

Entendemos que essas perspectivas são a “cortina de fumaça” da análise sobre o que vem a ser a geografia da família porque, direta ou indiretamente elas estão presentes em boa parte das discussões hoje sobre a geografia das relações familiares e a produção do espaço.

Também, é possível encontrar debates contemporâneos que caminham com tais bases, como a questão do gênero, da raça e dos diferentes grupos

étnicos que transitam por distintos contextos de renda e desigualdade espacial, e são de suma importância para pensarmos os aspectos sociais e psicológicos presentes nos textos.

A geografia da família reflete como o conjunto de ações que afetam e transformam o espaço, produzindo e reproduzindo novas espacialidades. A complexidade dessa geografia não é analisada somente na escala do indivíduo, assim como não é somente na escala coletiva, já que a família é o conjunto de relações que apontam a cada integrante um significado e a interação com os demais membros, com outros distintos signos. Isso torna a geografia da família um campo polissêmico de análise.

A GEOGRAFIA DA FAMÍLIA: SISTEMATIZAÇÃO DE ESTUDOS

Identificamos alguns pontos em comum a partir das leituras e coleta de informações sobre a temática aqui exposta. É um desafio sistematizar todos os elementos com perspectivas muitas vezes opostas, mas que enriquecem e alimentam o debate.

O interessante dessa coleta é que, de maneira geral, observa-se uma análise mais clássica da geografia da família, no sentido de que as convergências teóricas apontam para uma análise moderna (em oposição ao significado contemporâneo), que abrem destaque para as novas configurações familiares, como a de famí-

lias cuja responsabilidade financeira é da mulher, famílias homoafetivas, a consideração das novas perspectivas teóricas que posicionam gênero e raça num destaque científico e político, vindas do pensamento decolonial, por exemplo.

Curiosamente, esse debate está mais presente nos trabalhos latino-americanos, situados na Argentina, México, Uruguai e Brasil (Valverde, Martínez: 2021; Capulín, Otero, Reyes: 2016; Moreira: 2015; Sorj, Fontes, Machado: 2007, dentre outros). Esse ponto será debatido adiante.

Temos 5 principais troncos de análise: a família a partir da renda; a família a partir das novas gerações; a família a partir do gênero; a família como conceito; e a superação metodológica da geografia da família enquanto problemática de análise.

A GEOGRAFIA DA FAMÍLIA PELA RENDA

O estudo da geografia da família pela renda se encontra, em grande medida, em periódicos de geografia econômica, e em muitos casos suas propostas são dadas por economistas geógrafos, e não geógrafos economistas, o que não implica uma perda de qualidade na análise geográfica. A renda e a mobilidade familiar pelo trabalho têm importância intrínseca ao pensarmos as transformações nas relações familiares. Destacam-se o papel da mulher na relação trabalho pago e não pago

e seus projetos individuais – ou muitas vezes, a perda destes.

Há também trabalhos interessantes sobre as mudanças nas dinâmicas familiares em situações de crises nacionais e globais, e quais as prioridades elencadas para tais circunstâncias que afetam diretamente o espaço e desdobram outras regionalizações. A regionalização da família pelos condicionantes econômicos é também outro elemento de análise dessa perspectiva. Destacamos aqui alguns trabalhos.

Os estudos de Bowlby (1990) compreendem os entraves para a mulher quando não existem efetivas políticas de cuidados infantis que permitam o suporte para o acesso pleno ao mercado de trabalho, contribuindo para a análise da relação mulher, trabalho, família e espaço. O mundo do trabalho, portanto, para as mulheres, prevê por si só uma desigualdade econômica e estrutural. A construção dessas relações implica diretamente a reconfiguração espacial dos domicílios e nas escolhas elencadas como prioridades para as mulheres nas famílias, cujo Estado não as considera na elaboração de políticas de cuidado e suporte.

Para Eliasson, Nakosten e Zimmer (2014), que trabalham diretamente com a questão regional, a partir da relação dos ganhos e a desigualdade entre homens e mulheres, faz necessário partir da análise dos ganhos e da qualidade de vida na mobilidade. Para isso sugere-se o cálculo de probabilidade de empregabilidade, pela relação da experiência profissional e

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

a distância das residências das famílias em relação às grandes cidades, que são indicadas como principais áreas de alta oferta no mercado de trabalho. Neste trabalho é possível pensarmos na relação do mercado e o espraiamento de suas relações que promovem “perfis” de trabalhadores para cada espaço financeiro, o que acarreta numa espacialização das famílias sob a ótica do mercado de trabalho.

Gallagher, Kaestner e Persty (2018) trabalham a renda sob a ótica da intergeracionalidade na qual é possível observar as diferenças espaciais e sociais da mobilidade via renda intergeracional. O recurso de análise aqui empregado ressaltava elementos como o destino da mobilidade, a intenção de migrar, a geração familiar de cada integrante e as intenções em relação aos filhos, bem como as implicações das famílias com filhos no perfil das mobilidades pelo espaço que será constituinte das mesmas.

Diferente das pesquisas quantitativas, Green e Canny (2003) propõem uma pesquisa etnográfica para entender a dinâmica familiar e as desigualdades espaciais pelo mundo do trabalho. A pesquisa etnográfica é um importante recurso para se trabalhar a geografia dos cursos/ciclos da vida proposta por Bailey, pois, em um universo menor de entrevistados, permite um aprofundamento maior via análise qualitativa. Se destacam as relações de trabalho entre empregados que migram a partir das demandas do empregador/empresa, isto é, uma migração empresarial. A pes-

quisa traz problemáticas principalmente da sociologia, no que é proposto uma sociologia da família e domicílio.

Para isso, as entrevistas se dividiram em três partes: a primeira, a identificação de famílias no contexto da mobilidade pelo trabalho, entrevistando 12 empregadores sobre a experiência da mobilidade para eles e suas famílias; as implicações via políticas que concernem o processo de mobilidade (diária ou não) deles e dos trabalhadores subordinados a eles. As entrevistas se deram no método semi estruturado, com agentes empregadores, indicando as motivações e demandas dos trabalhadores indicados para migrar; a segunda parte se deu entrevistando os trabalhadores, um total de 64 entrevistas (presenciais ou por telefone), de aproximadamente 40 minutos falando sobre o histórico profissional, atitudes e influências para a mobilidade familiar – ou não – e a indicação de um parceiro (colega ou cônjuge) de moradia. E a terceira parte, uma entrevista com os contatos recebidos, no qual dos 21, 18 eram de cônjuges.

O trabalho de Green e Canny permitiu vislumbrar o ponto de vista dos trabalhadores que migram muitas vezes à revelia, mas também apontam que a mobilidade de mulheres e homens a partir do viés profissional tem um descompasso: enquanto as mulheres optam por deslocamentos empresariais no início de suas carreiras, os homens fazem o contrário, já quando suas carreiras estão consolidadas. As autoras apon-

tam vários questionamentos pelos resultados das entrevistas, como rupturas familiares, opção por ter um ou mais filhos e em como esses deslocamentos afetam as relações sociais entre cada integrante, de forma distinta também para homens e mulheres.

Na mesma linha metodológica, Hall (2015) traz uma importante contribuição para a geografia econômica à luz da pesquisa qualitativa. Usualmente, a geografia econômica tem tratado as análises das crises financeiras sob a ótica dos bancos e da financeirização do espaço. Sua pesquisa analisa as transformações familiares pela crise do final da década de 2000 na Inglaterra a partir do método etnográfico.

A questão, portanto, não se trata em desdobrar o espraio do capital financeiro e o reflexo nas relações entre família e domicílio, mas o contrário, como se dá a financeirização do cotidiano e qual a relação de seu impacto com a finança global na escala indivíduo-família-domicílio.

Entendendo que as relações domiciliares são plurais e promovem interações distintas para cada indivíduo, isso se reflete também nas relações econômicas. A limitação da análise que trate as implicações na família por uma geografia do cotidiano torna-se uma lacuna nos estudos da geografia da família.

A rede de suporte – material e imaterial – que o cotidiano traz nas relações familiares podem nos oferecer elementos diversos, como o senso de compartilhamento, gratidão e des-

conforto entre seus membros, exatamente pela diversidade de agentes e pela polissemia existente em suas relações. As influências na concepção de família, interações e compartilhamento inferem no arranjo, na criação e na qualidade da vida destas.

A polissemia das relações familiares é encontrada nas diferenciações da criação, dos aspectos subjetivos de cada integrante dessa família. A pesquisa aponta que a categoria econômica que sofre maior impacto em momentos de crise são as atividades culturais, por exemplo. Essa compreensão vislumbra caminhos para políticas públicas de interesse ao impacto das crises no cotidiano domiciliar.

A GEOGRAFIA DA FAMÍLIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Tão importante quanto a questão da renda e do trabalho, as relações de gênero afetam diretamente as relações familiares. Os estudos de gênero nas relações familiares têm mais vínculos com a sociologia, percorrendo a perspectiva central da relação com o espaço.

Cooke (1996; 2003; 2008), que é um dos principais autores que colocam a geografia da família e aborda em um de seus trabalhos as implicações na dinâmica familiar entre mulheres e homens na mobilidade, principalmente acerca de um “apagamento” econômico da mulher e os sacrifícios de seu status econômico.

Ele entende que há um padrão na relação mobilida-

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

de e gênero, indicado por *tied movers*, isto é, pessoas que têm suas mobilidades presas, ou *tied stayers*, pessoas que permanecem menos, em literal, têm suas permanências amarradas. As pesquisas indicam que as mulheres estão, em grande medida, no primeiro grupo, ao passo que os homens tendem a se movimentar mais, gerando o que vai ser chamado de *trailing wife effect*.

Há, contudo, a necessidade de uma visão crítica nos estudos sobre migração e família, no qual ele aponta a tendência de uma “neutralidade de gênero na decisão e no resultado da migração”. Há uma estandardização na ideia de projeto migratório que não vê as implicações nas relações de gênero, que geram consequências diretas na migração da família.

Hanson (2010), nesse sentido, avança ao tratar a questão de gênero e as implicações na limitação da mobilidade da mulher na escala familiar – mobilidade aqui é empregada em amplo sentido. Mas ao pensar numa mobilidade sustentável que se dá por uma lógica na tomada de decisão, peca exatamente pelo classicismo metodológico.

Das análises da relação gênero e família, a visão clássica se mostra mais presente. Os avanços dos estudos anglo-saxônicos ou sobre espaço, gênero, família e domicílio compreendem em parte o pressuposto geográfico e tentam, de alguma maneira, encontrar relações e desencontros, muitas vezes em realidades díspares a outros continentes. Muito dis-

so se dá pela pouca leitura do tema em outras correntes do pensamento, sobretudo por não encontrarmos com facilidade estudos de caso que não sejam os modelos norte-americanos ou europeus.

Preston, McLaffert e Hamilton (1993) avançam quando apontam os diferentes tempos de deslocamento para o trabalho das mulheres a partir da relação familiar (estado civil dessas mulheres) e a raça/etnia, que também se relaciona com os indicadores de renda e de segregação espacial. Trabalhando com mulheres negras, brancas e hispânicas nos Estados Unidos, as autoras conseguem pensar à frente da relação gênero e subalternização, ainda que não o superem.

Elas abordam a questão do trabalho pago e não pago na escolha de jornadas enfrentadas (a questão da jornada de trabalho das mulheres em desigualdade com a dos homens. Outro fator importante levantado no artigo, mas que envolve todos os trabalhos da temática, é o nascimento de filhos e a quantidade de filhos (veremos mais adiante).

Mas é na questão das famílias monoparentais que esse trabalho mais contribui, em pensarmos o quanto a configuração unilateral familiar estabelecido pela mãe solteira afeta toda uma dinâmica de cuidado e trabalho, cujas políticas públicas pouco ou nada estabelecem relações e práticas. Mães solteiras no geral abdicam da possibilidade de flexibilizar a busca por empregos mais perto de suas moradias; e a segrega-

ção residencial é maior, pois a pobreza pela renda diminuída acaba sendo englobada. A pesquisa indica também que mães solteiras são as que mais possuem empregos informais, têm dependência maior dos auxílios estatais e tem o maior deslocamento para o ambiente de trabalho.

O estudo aponta também que o fato da unilateralidade familiar afeta todas as etnias e equivale aos índices da desigualdade da mulher negra, mas é na questão racial que o problema se torna mais complexo. As mulheres negras, no geral, e em um espiral de complexidades, são a maioria das mães solteiras, as que possuem empregos menos formais e as que se deslocam em maiores distâncias, assim como possuem menor escolaridade, diferente por exemplo das hispânicas, que paulatinamente tem diminuído a quantidade de filhos e aumentado o nível de escolaridade.

Isto quer dizer que a condição financeira, raça e escolaridade e estado civil são fatores importantes na relação família e gênero. A grande questão é, ainda que ressaltando as desigualdades enfrentadas pelas diferentes etnias e a configuração familiar contribua para toda a complexidade da geografia da família, a presença da mulher sob a ótica de secundária e subalternizada persiste e implica também na secundarização da problemática para construção de ferramentas políticas que contribuem para o papel da mulher nas relações da família.

A GEOGRAFIA DA FAMÍLIA SOB A ÓTICA DOS FILHOS

Presente em todos os trabalhos analisados, a questão dos filhos, seja na escolha, no planejamento familiar ou nas implicações sobre as futuras gerações têm um papel de destaque na geografia da família. Preston, McLaffert e Hamilton (1993), ao trabalharem com a questão do gênero, indicam que a idade dos filhos é um aspecto importante para definir deslocamentos de toda ordem e, portanto, a localidade de trabalho das mulheres. Cooke (1996; 2003; 2008), que também aponta as respostas dadas à demanda das mulheres para o mercado de trabalho mostra que os filhos possuem um elemento na tomada de decisão em muitos aspectos do curso da vida das mulheres, e em pequena escala dos homens – quando estes representam a principal fonte de renda das famílias.

Gallagher, Kaestner e Persty (2018), que já tratamos sobre a renda, apontam que a escolha do lugar para migrar influencia o projeto migratório como um todo, principalmente para as próximas gerações. A estrutura familiar, portanto, é um importante fator de renda intergeracional. Implica também o que os filhos compreendem por família, como eles constituirão as suas, e quais os resultados da desigualdade espacial de cada integrante familiar.

Ao trabalhar a geografia das famílias alemãs, Konrad, Kermend e Robledo (2002), destacam as variáveis na escolha e decisão de migrar a partir da

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

quantidade de filhos e nas escolhas na mobilidade destes na vida adulta enquanto influência do dado familiar. Essa perspectiva aprofunda a já complexa gama dos estudos familiares e o quanto os estudos sobre o curso da vida inferem múltiplas escalas. Desde as decisões da origem familiar até a influência da mobilidade ao envelhecer.

O estudo parte do envelhecimento dos pais, e as tendências das escolhas dos filhos em dar suporte familiar. O estudo indica que filhos mais velhos tendem a se distanciar mais dos pais em relação aos filhos mais novos (no caso de dois filhos) e filhos únicos. Esse ponto de vista também nos elucidava para a diminuição de nascimentos, e portanto a redução da quantidade de filhos, que implica diretamente a políticas de cuidado na infância até a velhice.

Bonneil e Dassouki (2007) analisam a dinâmica familiar de comunidades egípcias, cuja transição demográfica é recente. Eles acompanharam dados censitários e informações sobre: expectativa de vida, mulher no mercado de trabalho, êxodo urbano, fertilidade, nascidos vivos e acesso à educação, compreendendo as mudanças das últimas duas décadas. O resultado tende à diminuição da família, maior escolaridade, maior expectativa de vida e maior dinâmica de mobilidade para as comunidades próximas aos grandes centros urbanos e de Cairo, capital do Egito. Essa é uma pesquisa importante porque sai da fronteira eurocêntrica e nos permite compreender os passos para se construir uma

análise quantitativa acerca do tema no Brasil, e como o caso latino-americano e brasileiro apontam para desdobramentos semelhantes na relação família, trabalho e mobilidade.

Mulder e Kamijin (2005) partem da relação da rede e do suporte familiar, pensando diretamente na mobilidade das famílias e suas redes já construídas. Entendendo um rol de particularidades, como o perfil familiar que migra com filhos – em geral pais mais jovens, a escolha de viver próximo ou longe de pais e outros familiares e os desdobramentos futuros com as próximas gerações.

Valverde e Martínez (2021) vão além, consideram novos formatos familiares como os homoafetivos e mononucleares e veem de forma crítica a construção de políticas sempre contadas para um formato patriarcal de família. A pergunta para eles é: como se dá a distribuição espacial das estruturas familiares?

Eles pensam na relação mobilidade e permanência dos filhos no domicílio familiar até a vida adulta. A emancipação tardia dos jovens tem aumentado na Europa, muito devido às crises financeiras e o atual contexto pandêmico. Também, as famílias de perfil mais autoritário tendem a ter filhos por mais tempo no berço familiar que as famílias mais liberais.

Sob óticas e perspectivas diversas, o tratamento a composição familiar nos dá importantes caminhos para construirmos um método que compreenda todas as particularidades de um país como um Brasil, entendendo

os processos de fragmentação do desenvolvimento regional e territorial que refletem diretamente na constituição familiar e principalmente nas políticas públicas – ou a falta delas – por todo o país.

GEOGRAFIA DA FAMÍLIA E AS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

Temos alguns artigos que se concentram nas matrizes culturais da geografia da família. Já falamos sobre Bailey (2009) e a ligação da geografia da família com a geografia dos cursos/ciclos da vida. Tal trabalho e a parceria com Cooke (1996) são referências para se pensar as relações espaço/temporais nas práticas e questões sobre a família.

Dois trabalhos se destacam, no sentido de instigar outras perspectivas e a superação de amarras do classicismo metodológico abordado aqui. Pred (1981) analisa na nascente década de 1980 a complexidade da família na geografia sob a ótica marxista. Apesar do contexto, ele nos traz respostas importantes para as relações familiares no espaço.

Ele destaca a importância de pensar o tempo espacial nas mudanças relativas à família e domicílio a fim de compreender as mudanças no curso da vida. Ele já aponta que a participação e integração no projeto familiar depende sempre de inúmeras variáveis, que tange a formação individual e a intergeracionalidade partindo das implicações do trabalho fabril,

e as maneiras de pensar e construir a vida dos trabalhadores – em que situações esses trabalhadores conseguiram separar o espaço do trabalho do espaço do cotidiano.

Assim sendo, os modos de produção do trabalho alteram a condição dos projetos familiares, os vínculos a partir do modo de produção do trabalhador e, portanto, das famílias em relação a casa, tempo livre, religião, educação dos filhos, etc. Essas relações estão em desacordo com o modo de produção capitalista, mas alteram toda a dinâmica espacial das famílias. Pred aponta que todo espaço de convívio familiar, dentro e fora do domicílio, acaba sendo um reflexo do espaço de trabalho.

Um pouco nessa perspectiva, Abiginente (2004) propõe uma geografia da família sob a ótica da psicologia, entendendo as distâncias e as barreiras enfrentadas pelos integrantes das famílias e seu reflexo nas mudanças ocorridas, considerando a saúde mental de cada um. A psicologia é um dos pontos que mais se levanta na coleta dos trabalhos, porque notamos claramente a falta de ligação dos textos com as possibilidades práticas que uma psicologia social das famílias pode propor enquanto políticas públicas. Sabemos que no Brasil existem equipamentos que competem trabalhar as demandas familiares, sobretudo das famílias de baixa renda. Mas ainda assim, de forma conservadora.

Outro trabalho importante é o de Capulín, Otero e Reyes (2016). Ao analisar as

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

mudanças estruturais das relações familiares no México, podemos pensar na reconstrução do conceito de família. O mais interessante é que ele supera as bases clássicas, porque faz uma excelente revisão de literatura e assim, compreende o contexto global e local contemporâneos.

Partindo do conceito original de família, que tem mais sentido o de ser uma prisão e de unidade patriarcal, eles apontam que:

A família gera um aparato regulador que proíbe o matrimônio entre parentes próximos (entre irmãos, primos irmãos, ou tios com sobrinhos, tanto do sexo feminino como masculino). É evidente a divisão das relações de gênero com base em suas atividades de sustento, assim como uma hierarquização na família (CAPULÍN, OTERO, REYES, 2016, p.222, tradução própria).

Essa visão não significa que a família esteja engessada somente numa perspectiva clássica, mas que faz necessário superarmos e encontrarmos as novas perspectivas calçadas no espaço e tempo articulados aos novos padrões familiares. As propostas de novas perspectivas conceituais, para eles, são:

- a) Não visualizar a família como uniforme e unilateral;
- b) Que inclua equidade de gênero, e não só o discurso de gênero inclinado a percepção feminista;
- c) Que veja em conta o contexto geográfico onde se desenvolvem as famílias, pois está extremamente ligado com as atividades econômicas e laborais desta;
- d) Analisar os processos migratórios que trazem consigo a migração (mexicana) de pessoas de outros países, com seus costumes e novas ideologias, com respeito ao matrimônio e a família;
- e) Outro aspecto importante é a religião que professa cada família, pois a partir desta variável dependerá o entendimento e o significado de família;
- f) Integrar dentro da classificação familiar mexicana, às uniões de casais do mesmo sexo tendo em vista que eles também têm o direito de serem reconhecidos como uma família;
- g) Ingressado essas variáveis, que devem ser articuladas a um conceito de classificação da unidade familiar, serão satisfeitas as necessidades da mesma e apre-

sentam elementos para a formulação de políticas públicas em torno da instituição familiar (CAPULÍN, OTERO, REYES, 2016, p. 228, tradução própria).

Além de Capulín, Ortero e Reyes, outras perspectivas que podemos chamar de superação e nos ajudam a encontrar caminhos metodológicos de aplicação, serão detalhadas a seguir.

NOVOS PARADIGMAS PARA A GEOGRAFIA DA FAMÍLIA: COMO SUPERAR A PARTIR DE DISTINTAS REALIDADES?

Apesar dos poucos trabalhos que discutem uma geografia da família no Brasil, existem contribuições importantes e que opõem a visão clássica da geografia da família. Como apontado, entendemos que é uma visão clássica porque os elementos dispostos no debate ainda não ultrapassaram novas abordagens lançadas no contemporâneo. É ciente do esforço, mas, apesar de problematizá-las, o avanço é pequeno diante dos novos cenários das relações espaciais e sociais que emergem sob a ótica da instituição familiar.

Uma delas, e se crê que uma das pioneiras, é o trabalho de Rossini (1988). Ao tratar sobre geografia e gênero no contexto da expansão da modernização do campo e consequente mudança do cenário rural para o urbano no Brasil, ela já aponta mudanças importantes do papel da mulher no mercado de trabalho e do paulatino crescimento das famílias monoparentais no Brasil.

Silva e Chaveiro (2009), em um texto provocativo, questionam essa falta de superação metodológica sobre os estudos da família, pensando várias matrizes da realidade histórica e geográfica do Brasil, desde a ocupação pelos portugueses e as contradições da construção do conceito de família no país.

A realidade nos revela que a família contemporânea se desdobra numa multiplicidade de formas e numa complexidade de relações, principalmente, por considerar que não haveria como o seio familiar não revelar as características culturais da sociedade atual referentes aos costumes, hábitos e contradições sociais. Essas novas formas de “ser família” produzem certos conflitos e até mesmo preconceito para os que não seguem o “modelo” aceitável. (SILVA, CHAVEIRO, 2009. P. 179).

É nos estudos sobre geografia e gênero que o debate em torno da família, a partir de outras correntes do pensamento, como o decolonial, tomam mais força no Brasil. Os trabalhos de Sorj, Fontes e Machado (2007) Moreira (2015) e Costa (2017) constroem novos aparatos metodológicos para analisarmos as famílias em múltiplos contextos.

Sorj, Fontes e Machado (2007) destacam o aumento das famílias monoparentais no Brasil, sobretudo das faixas mais pobres cuja referência financeira é a mulher. Na realidade europeia, foi possível entender que o fato das mulheres aumentarem seu capital cultural e social não indicavam que elas

estariam ocupando maiores posições na vida financeira. Essa assertiva não se dá da mesma maneira no Brasil, apesar das desigualdades salariais e sociais entre os gêneros.

Isso se dá porque os arranjos espaciais de classe, gênero e raça aqui são diferentes dos da realidade do Norte global. Por isso também o emprego de metodologias deve-se pensar o contexto de cada realidade, considerando também as distintas realidades regionais encontradas no país.

Moreira (2015) aponta a pouca expressão sobre os estudos da família enquanto uma multiplicidade de vínculos e relações de afeto e proximidade, sobretudo na problemática do gênero e ainda mais em grupos cujas práticas sociais se observam numa espacialidade diversa, como no caso das mulheres nos movimentos sociais, ou nas comunidades indígenas e quilombolas, que tratam em muitos casos das situações de plurais famílias e muitas vezes relações eminentemente matriarcais, afora as heranças culturais reproduzidas na população em geral. Alerta também a necessidade de olharmos a questão de gênero sob a ótica do protagonismo das mulheres nas relações monoparentais no Brasil. Soma-se também o papel das avós maternas na constituição de uma rede monoparental ou multiparental diversa que é recorrente nas famílias brasileiras.

Por fim, Costa (2017) destaca as novas configurações de família, em escalas que não as famílias nucleares, em comu-

GEOGRAFARCES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

nidades LGBTQ. Aqui a noção de família se amplia, já que, apesar de arranjos diversos em comparação a países do hemisfério Norte, o preconceito e a exclusão pela relação com a sexualidade expõem um conservadorismo próprio do caso brasileiro, e posiciona essa comunidade para a constituição de vínculo e afeto a partir de grupos, cuja existência de referências de pai e mãe são rearranjados.

Desta forma, apesar de ainda ser uma seara pouco estudada na geografia brasileira – mas também da latino-americana, vê-se um esforço importante de análise, que propõe uma revisão robusta da literatura mundial sobre a geografia da família. Não que esta seja retrógrada, pelo contrário, ela aborda múltiplas escalas das relações familiares e nos provoca para aspectos além do superficial. Mas as abordagens contemporâneas permitem compreender as matrizes recentes em distintos contextos espaciais.

CONCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PROPOSTA DE ANÁLISE QUALITATIVA DA GEOGRAFIA DA FAMÍLIA NO BRASIL

Diante do exposto, as contribuições práticas e teóricas da geografia da família nos provocam a compreender o papel desta em diversas esferas sociais construindo, nas palavras de Milton Santos, sistemas de objetos e sistemas de ações (2008), isto é, processos de transformação do espaço que criam ferramentas de suporte aos sujeitos para produzir e reproduzir fenômenos espaciais.

Da mesma forma que temos metodologias mais qualitativas como a pesquisa etnográfica, observação participante e entrevistas semiestruturadas, e quantitativas analisando dados censitários e base de dados que ajudam a informar mudanças na composição, mobilidade, posição e nuclearidade da família, podemos pensar na união dessas relações e elaborarmos um plano de ação para a análise e produção de propostas políticas pensando no contexto brasileiro.

Isso não significa que a família ocupe um papel no Estado que a torna um padrão conformado em um modelo. Pelo contrário: é exatamente pela mudança dos cenários e do próprio conceito de família que propostas de políticas públicas devem ser transformadas a partir do dado real. Afinal, o pensar e agir da geografia enquanto ciência não é um mero arcabouço teórico, é um instrumento de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIGNENTE, Giovanni. **Les racines et les ailes. Ressources, tâches et embûches de la famille.** De Boeck Supérieur, 2004.

BAILEY, Adrian. Population geography: lifecourse matters. In.: Progress in Human Geography, Australia : Vol. 33 No.3. Pp. 407–418, 2009.

BAILEY, Adrian; COOKE, Thomas. **Family Migration and the Employment of Married Women and Men.** In: Economic Geography, Oxford: Vol. 72, No. 1. Pp. 38-48, 1996.

BONNEUIL, Noel; DASSOUKI, Chouaa. **Economics, Geography, Family Planning, and Rapidity of Change in the Demographic Transition: The Case of the Egyptian Muhafazas 1960-1996.** In: The Journal of Developing Areas, Tennessee : Vol. 40, No. 2. pp. 185-210, 2007.

BOWLBY, Sophie. Women, **Work and the Family: Control and Constraints.** In: Geography. UK : Vol. 75, No. 1. pp. 17-26, 1990.

CAPULÍN, Reynaldo Gutiérrez; OTERO, Karen Yamile Díaz; REYES, Rosa Patricia Román. **El concepto de familia en México: una revisión desde la mirada antropológica y demográfica.** In: Ciencia Ergo Sum. México : vol. 23, núm. 3, 2016.

COOKE, Thomas J. **Family Migration and the Relative Earnings of Husbands and Wives.** In: Annals of the Association of American Geographers, 93(2). Pp. 338–349, 2003.

COOKE, Thomas J. **Migration in a Family Way.** In: Population, Space and Place. UK : Vol. 14, 255–265, 2008.

COSTA, Benhur Pinós da. **Família e Espaço Geográfico: a Especificidade da Família Lavinsky em Vitória da Conquista BA.** In: Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa: v. 8, n. 2, p. 316-336, 2017.

DUPERT, Isidro. **De la géographie des structures familiales aux stratégies adaptatives des familles en Espagne 1752-1860.** In: Annales de démographie historique. Paris: /1 (no 109). Pp. 199-226, 2005.

ELIASSON, Kent; NAKOSTEN, Olle; ZIMMER, Michael. **All in the family: Self-selection and migration by couples.** In: Papers in Regional Science. Azores : Volume 93 Number 1, 2014.

GALLAGHER, Ryan; KAESTNER, Robert; PERSKY, Joseph.



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

The geography of Family differences and intergenerational mobility. In: Journal of Economic Geography . Oxford : pp. 1–30, 2018.

GREEN, Anne E.; CANNY, Angela. **Geographical mobility: Family impacts.** Great Britain (UK). The policy Press, 2003.

HALL, Sarah Marie. **Everyday family experiences of the financial crisis: getting by in the recent economic recession.** In: Journal of Economic Geography . Oxford : pp. 1–26, 2015.

HANSON, Susan. **Gender and mobility: new approaches for informing sustainability.** In: Gender, Place and Culture. Sweden : Vol. 17, No. 1, 2010.

HAUG, Sonja. **Migration Networks and Migration Decision-Making.** In: Journal of Ethnic and Migration Studies. UK : Vol. 34, No. 4, Pp. 585-605, 2008.

HOCHSCHILD, A.R. **The Emotional Geography of Work and Family Life.** In: Morris L., Lyon E.S. (eds) Gender Relations in Public and Private. Explorations in Sociology (British Sociological Association conference volume series). London : Palgrave Macmillan, 1996.

KOFMAN, Eleonore. **Family-related migration: a critical review of European Studies.** In: Journal of Ethnic and Migration Studies. UK : Vol. 30, No 2, 243-262, 2004.

KONRAD, Kai A.; KUNEMUND, Harald; LOMMERUD, Kjell Erik; ROBLEDO, Julio R. **Geography of the Family.** In: The american economy review. Pittsburgh: Vol 92, No 04. Pp. 981-998, 2002.

MASSEY, Dooren. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MARTÍN FERNÁNDEZ, Consuelo. **Nuevas direcciones para estudios sobre familia y migraciones Internacionales.** In: Aldea Mundo. Venezuela: vol. 11, núm. 22, noviembre-abril, pp. 55-66, 2007.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. **Desigualdade de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013.** In: Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril, 2018.

MOREIRA, Marianna Fernandes. **Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e recípro-**

cidade. In: Espaço E Cultura, UERJ, RJ, N. 38, JUL./DEZ. DE 2015.

MULDER, Clara H; KALMIJIN, Matthijs. **The geography of family networks.** In: XXV International Population Conference: Tours, France. Pp. 18-23, 2005.

PRED, Allan. **Production, family, and free-time projects: a time-geographic perspective on the individual and societal change in nineteenth-century U.S. cities.** In: Journal of Historical Geography, Vol. 7, No. 1. Pp. 3-36, 1981.

PRESTON, Valerie; MCLAFFERT, Sara; HAMILTON, Ellen. **The impact of family status on black, white, and hispanic women's commuting,** In: Urban Geography, Vol. 14, No. 3. Pp. 228-250, 1993.

ROSSINI, Rosa Estér. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista.** Tese de Livre Docência apresentada na FFLCH/USP, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Mônica Cristina da.; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Demografia e família: as transformações da família no século XXI.** In: Boletim goiano de geografia, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 171-183, jul./dez, 2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil.** In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

VALVERDE, Joaquín Recaño; MARTÍNEZ, Ana Chacón. **Una geografía regional de los tipos de hogares en la europa de la segunda transición demográfica.** In: Scripta Nova. Madri: vol. 25, Núm. 1. Pp. 195-237, 2021.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370